

00082-2012-195-09-00-0-ACO-31639-2012 – SEÇÃO ESPECIALIZADA

Relator: BENEDITO XAVIER DA SILVA

Publicado no DEJT em 13-07-2012

EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. ALCANCE DO COMANDO SENTENCIAL. A liquidação (e execução) de sentença proferida em sede de ação coletiva **pode ser promovida perante qualquer Juiz que teria competência para o processo de conhecimento** (inteligência do disposto nos **arts. 98 do CDC e 475-P do CPC**, aplicáveis subsidiariamente ao Processo do Trabalho). Entretanto, no caso em análise a recorrente não pode ser beneficiada pelo comando sentencial, pois não consta do rol de trabalhadores cuja readmissão foi determinada por este Regional na Ação Civil Pública nº 20.517-1999-09. Não bastasse isso, além de a recorrente pretender se beneficiar de decisão que não abrange a sua situação concreta (o que ofende os limites subjetivos da coisa julgada), deseja a modificação do provimento judicial deferido (o que ofende os limites objetivos da coisa julgada), na medida em que houve determinação apenas para readmissão dos empregados, sem qualquer condenação ao pagamento de salários do período de afastamento, ou mesmo, possibilidade de conversão do provimento em indenização substitutiva. Agravo de petição da exequente a que se nega provimento.

13119-2009-009-09-00-7 – 1ª TURMA

Relator: CÁSSIO COLOMBO FILHO

Publicado no DEJT em 30-11-2012

TUTELA COLETIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS. Haja vista que, em ações que visam a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, **a sentença proferida é genérica** (consoante artigo 95 do Código de Defesa do Consumidor), **torna-se imperiosa a adoção de liquidação por artigos, ocasião em que se verificará a peculiaridade de cada substituído e, principalmente, o nexo de causalidade, a existência de dano e sua extensão.** Adotando tal medida, serão sanados problemas práticos, tratando dos casos peculiares.

06343-2010-661-09-00-8 – SEÇÃO ESPECIALIZADA

Relator: ARCHIMEDES CASTRO CAMPOS JÚNIOR

Publicado no DEJT em 03-04-2012

EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. AÇÃO COLETIVA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. ARTIGO 97 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. POSSIBILIDADE. O **Código de Defesa do Consumidor**, de aplicação subsidiária ao Processo do Trabalho no que respeita ao disciplinamento e procedimento das

ações coletivas para defesa de interesses individuais homogêneos, em seu **art. 97**, prevê que: "A liquidação e a execução da sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82." Desse modo, **não há óbice legal para que a execução fundada em título executivo judicial, conferido por ação coletiva proposta por sindicato na qualidade de substituto processual, seja promovida pelo substituído lesado, em ação individual, desde que comprovada tal condição.** Agravo de Petição do autor, a que se dá provimento para determinar o prosseguimento da execução.